

III ENCONTRO PERNANBUCANO DE ECONOMIA

ECONOMIA PERNAMBUCANA

A DINÂMICA MIGRATÓRIA DO ESTADO DE PERNAMBUCO: CONSIDERAÇÕES A PARTIR DAS TENDÊNCIAS DE “ORIGEM” E “DESTINO” NO PERÍODO RECENTE

José Márcio dos Santos

Professor Assistente da Universidade Regional do Cariri (URCA)
Mestre em Economia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB)
Graduado em Economia pela Universidade Regional do Cariri (URCA)

Silvana Nunes de Queiroz

Professora Adjunta da Universidade Regional do Cariri (URCA)
Doutora em Demografia pelo NEPO/UNICAMP
Mestre em Economia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB)
Graduada em Economia pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)

Endereço Postal

Jose Márcio dos Santos
Rua Henrique Lopes, 160 - Bairro do Rosário
Barbalha – CE
CEP: 63180-000
Email: jmarcio,santos@hotmail.com

A DINÂMICA MIGRATÓRIA DO ESTADO DE PERNAMBUCO: CONSIDERAÇÕES A PARTIR DAS TENDÊNCIAS DE “ORIGEM” E “DESTINO” NO PERÍODO RECENTE

RESUMO

A dinâmica da economia brasileira contemporânea têm imposto modificações nos padrões de migração internas no Brasil, revertendo antigas tendências. Dentro deste contexto, o objetivo do trabalho é analisar a dinâmica migratória do Estado de Pernambuco no período recente, considerando os períodos de 1980 a 2010, ressaltando as origens e destinos dos envolvidos. A metodologia empregada consiste na mensuração do Saldo Migratório, Índice de Reposição Populacional (IRP), Índice de Eficácia Migratória (IEM) e da Taxa Líquida de Migração (TLM) calculados a partir dos microdados dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010, precisamente para os quinquênios 1986/1991, 1995/2000 e 2005/2010, a partir do quesito data fixa. Os resultados indicam que, durante os três períodos em estudo, o Estado de Pernambuco vem reduzindo as perdas líquidas de população, e se convertendo em zona de rotatividade migratória. Com relação à origem e destino dos migrantes, identificou-se que o estado apresenta fluxos de origem e destino com a Região Sudeste e o Estado de São Paulo. Além disto, Estas duas áreas foram identificadas como os principais polos de origem dos imigrantes retornados que regressaram ao estado.

Palavras-chave: economia demográfica, migrações internas, economia pernambucana

ABSTRACT

The dynamics of contemporary Brazilian economy have provided changes in patterns of internal migration in Brazil, reversing former trends. Within this context, the objective of this paper is to analyze the migratory dynamics of the Estado de Pernambuco in recent times, considering the periods 1980 to 2010, emphasizing the origins and destinations of migrants involved. The methodology used consists in measuring Migratory Balance, Population Replacement Index (PRI), Migratory Effectiveness Index (MEI) and Net Rate of Migration (NRM), calculated by microdata Censuses 1991, 2000 and 2010, precisely for five-year periods from 1986/1991, 1995/2000 and 2005/2010 by fixed date criterion. The results indicate that, during the three periods under study, the Estado de Pernambuco has reduced the net losses of population, and becoming migratory turnover zone. Regarding the origin and destination of migrants, it was identified that the Estado de Pernambuco has origin and destination flows to the Região Sudeste and the Estado de São Paulo. Moreover, these two areas were identified as the main centers of origin of immigrants returnees who returned to the Estado de Pernambuco.

Keywords: Demographics Economics; Internal Migration, Estado de Pernambuco Economics.

Classificação JEL: J11, R10

1. Introdução

Durante a primeira metade do século XX, a estrutura produtiva nacional mantinha-se praticamente inalterada; com a concentração e desenvolvimento das atividades industriais na região Sudeste, enquanto as demais regiões brasileiras apresentavam manifestações industriais centradas apenas em algumas poucas iniciativas, que culminavam em uma tímida difusão da atividade produtiva sobre o território nacional. Desta forma, com exceção da Região Sudeste, as demais regiões geográficas possuíam economias de caráter majoritariamente agrícola.

A partir da segunda metade do século passado, o governo federal inicia um ciclo de investimentos na atividade industrial, como reflexo da estratégia de romper o caráter de economia agrícola, e promover a industrialização no país. Neste contexto, a opção implementada fora a indução dos investimentos no âmbito produtivo através da participação do Estado; direcionados especialmente para o setor industrial. Esta estratégia permitiu a ampliação do capital industrial no país, apesar de que concentrado na região Sudeste.

Neste período, algumas políticas de incentivos ao desenvolvimento local começaram a ser implantadas no Nordeste no intuito de fortalecer as atividades terciárias e secundárias, oriundas de estratégias decorrentes da implementação de órgãos federais para a região, como a Subintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), o Banco do Nordeste (BNB), o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), dentre outros. Tais estratégias focaram, especialmente, a implantação e desenvolvimento da atividade industrial como forma de promover o crescimento econômico regional. Contudo, isto implicou na reversão da tendência histórica da economia nordestina. A respeito dessa afirmação Gomes e Virgulino (1995) destacam que de 1965 para 1990 a participação do setor agrícola na formação do PIB nordestino caiu de 29,1% para 14,4%, enquanto o setor industrial e de serviços aumentavam seus níveis de participação, sendo uma elevação de 23,1% para 28,2% na indústria e de 47,8% para 57,4% no setor de serviços.

Este fenômeno trouxe como consequências profundas modificações no arranjo demográfico da população nordestina. A expansão das atividades secundária e terciária em detrimento da agricultura promoveu um ciclo de urbanização intenso, refletindo numa expansão das regiões metropolitanas nordestinas como resultado da migração rural-urbana. Segundo Fusco (2012), as Regiões Metropolitanas tiveram papel importante ao absolver parcela da população rural e do interior dos estados, mas devido a intensidade do processo urbano, mostraram-se limitadas para acatar o conjunto total da população. Desta forma, estes grupos passam a se direcionar para outras regiões geográficas, especialmente o sudeste, como forma de buscar novas alternativas nos núcleos urbanos do Centro-Sul.

Brito (2006) ressalta que a acentuada concentração espacial do desenvolvimento da economia brasileira, canalizada especialmente pela industrialização do eixo Rio-São Paulo, aumentou os desequilíbrios regionais e sociais existentes, contribuindo para a ampliação das migrações internas, que acabariam por se refletir em mecanismos que atuariam transferindo a população do campo para as cidades, além de redistribuí-la entre os estados e entre as diferentes regiões do Brasil.

Segundo Martine (1994), um dos resultados deste direcionamento foi a redução da participação relativa da região nordeste sobre o total da população nacional. Segundo dados do autor, em 1950, o Nordeste respondia por cerca de 34,64% da população brasileira; ao passo esta participação reduzira-se para 29,25% em 1980.

Apesar desta aparente contração da população nordestina, as políticas de incentivo adotadas pelos governos federal e local promoveram a modernização da indústria regional; vindo a contribuir para intensificar a dinâmica dos núcleos urbanos nordestinos. Como resultado deste processo, Martine (1994) aponta que o nível de urbanização da região nordeste atingia o valor de 50,46% em 1980. Contudo, este comportamento não se mostrou uniforme; haja vista que estados menores mantiveram sua vocação agrícola histórica e apresentaram índices de urbanização menores, ao passo que estados que dinamizaram sua economia através de iniciativas modernizantes atingiram índices de urbanização maiores. Neste contexto, destaca-se o estado de Pernambuco que obteve um nível de urbanização de 61,6%, o maior entre os estados nordestinos no período. Além disto, o estado apresentou uma taxa de crescimento da população urbana, de 2,65% entre 1980-91, superior a média nacional.

Contudo, tal processo fora limitado pela contração econômica da capital em relação a cidades do interior do estado, conforme destaca Fusco:

Vale considerar que, já a partir da década de 1950, a Região Metropolitana do Recife começava a perder as indústrias tradicionais – têxtil, metal-mecânica, metalurgia – em decorrência do processo de integração comercial inter-regional que teve início naquela década. Esse processo de interiorização da população não foi um fenômeno generalizado, mas se deu em algumas situações isoladas (FUSCO, 2012, pag. 102-103).

Assim, parcela da população do estado se dirigiu a outros centros econômicos objetivando trabalhos e melhores salários. Tal dinâmica impôs ao estado a condição de perdedor de mão-de-obra, devidos aos constantes saldos migratórios negativos.

Porém, ainda na década de 1980, um novo cenário econômico passa a se formar, vindo a impactar na dinâmica demográfica nacional. Os grandes centros urbanos, especialmente aqueles localizados no Centro-Sul, passam a apresentar sinais de redução da sua capacidade de atração de novos imigrantes, perdendo população para as regiões outrora conhecidas como periféricas. Martine (1994), afirma que esta redução é efeito direto da desconcentração industrial, da contra-urbanização, da interiorização progressiva, da crise e da queda da fecundidade.

Brito e Souza (2006) ratificam que na década seguinte, as emigrações intrametropolitanas das áreas do Centro-Sul estiveram em patamar superior às imigrações, fazendo com que estas regiões apresentassem saldos migratórios negativos, evidenciando a existência de uma forte evasão populacional do centro para as regiões da periferia.

Desta forma, desenha-se um novo cenário demográfico na economia brasileira recente, baseado na delimitação de novos fluxos migratórios e a consolidação de novas regiões de atração de população. Dentro deste contexto, contesta-se o comportamento demográfico apresentado pelo Estado de Pernambuco no cenário contemporâneo. Sendo assim, o artigo se propõe a analisar a dinâmica migratória do Estado de Pernambuco no período recente, considerando os períodos de 1980 a 2010, ressaltando as origens e destinos dos envolvidos. A metodologia empregada consiste na mensuração do Saldo Migratório, Índice de Reposição Populacional (IRP), Índice de Eficácia Migratória (IEM) e da Taxa Líquida de Migração (TLM) calculados a partir dos microdados dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010, precisamente para os quinquênios 1986/1991, 1995/2000 e 2005/2010, a partir do quesito data fixa.

A temática é justificada pela importância que a migração possui como elemento determinante ativo na formação da população local, ao mesmo tempo em que age no sentido de proporcionar a ampliação da mão-de-obra existente de uma dada região. Identificar os destinos e origens permite estabelecer o direcionamento dos fluxos populacionais, contribuindo à mensuração da intensidade das causas e feitos presentes neste fenômeno. Além disto, a capacidade de atrair ou expulsar migrantes permite avaliar o grau ou condição da economia local, sendo um expressivo indicador da conjuntura econômica local.

Além desta introdução, o presente trabalho apresenta outras 3 partes. Na segunda parte, será abordada a dinâmica econômica do estado de Pernambuco no período recente. Na terceira parte, será apresentada a metodologia empregada no trabalho. Na quarta parte, serão apresentados os resultados obtidos. Por fim, serão feitas as considerações finais acerca do estudo realizado.

2. Economia brasileira e pernambucana durante as décadas de 1980, 1990 e 2000: breve contextualização

Durante séculos, a dinâmica econômica da região Nordeste esteve fortemente relacionada às atividades primárias, e com baixo índice de desenvolvimento industrial. A

manutenção histórica desta condição, associadas à baixa produtividade, a ocorrência periódicas de momentos de estiagens, a expansão da fronteira na Região Norte, a emigração em direção à Amazônia e a manutenção de precárias relações de produção, incentivou constantes períodos de emigração em direção a outras regiões econômicas – especialmente após o advento da industrialização na região Sudeste e a política de ocupação da Amazônia¹. Contudo, a tendência de reversão desta situação vem se tornando evidente diante de um ciclo de investimentos na atividade produtiva da região².

Inicialmente, este processo ocorre ainda em meados da década de 1960. Em meio à crise econômica do início dos anos de 1960, órgãos estatais direcionados ao desenvolvimento regional passam a atuar como motores dos investimentos locais. No caso da região Nordeste, esta função foi assumida pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), que passou a conceder uma série de incentivos para investimentos no segmento produtivo da região Nordeste. Desta forma, assumia-se uma escolha pela industrialização da Região Nordeste como forma de superar as adversidades locais e torná-la desenvolvida; tal qual havia sido feito na Região Sudeste ainda na década de 1930.

A presença do Estado através destes órgãos assumia uma relevância decisiva na determinação dos investimentos neste período, pois estes se apresentariam tanto na forma do gasto público direto, como na forma de gasto privado induzido pelas políticas de estímulo. Em relação a este último ponto, deve-se enfatizar que esta indução passava pela concessão de benefícios fiscais e também pela seletividade dos setores ou projetos sob os quais seriam realizadas as inversões. Neste contexto, houve a atração de um grande volume de capitais disponíveis oriundos do Sudeste, especialmente o grande capital, que ansiava por oportunidades de inversão que lhes garantisse novamente as condições de reprodução e acumulação que temporariamente não mais se apresentavam nesta região. Como resultado destas ações, tem-se a formação de expressivos polos industriais na região, destacando-se o polo petroquímico de Camaçari, na Bahia, o polo industrial da região metropolitana do Recife, em Pernambuco, e o polo têxtil na região metropolitana de Fortaleza, no Ceará.

Estabelecia-se neste momento, o processo de articulação produtiva entre as regiões Sudeste e Nordeste, onde nesta última se desenhava um parque produtivo fundamentando na indústria de transformação e de bens intermediários. Desta forma, o Nordeste supera a escassez de recursos e de tecnologia ao acolher estes investimentos provenientes do capital de outras regiões, conforme enfatiza Celso Furtado:

Os obstáculos que em outras partes do mundo limitam o processo de modernização – e que se originam na balança de pagamentos e na insuficiente dimensão do mercado interno face às exigências de tecnologia moderna – no Nordeste são contornadas graças à integração industrial com o Centro-Sul (FURTADO, p. 122, 1981).

Contudo, esta fase de investimentos capitaneados pela União e suas autarquias encontra seu esgotamento a partir do início da década de 1980, com o estrangulamento econômico do Estado advindo da crise da dívida. Desta forma, a condução da política de industrialização e, conseqüentemente, de um novo ciclo de investimentos ao segmento produtivo deveria a partir de então ser liderado especialmente pelas ações dos governos estaduais – que emergem como agentes empreendedores locais. Nesta nova etapa, a dinâmica econômica regional será vinculada não mais ao desempenho da política federal, mas aos

¹ Durante o primeiro mandato de Getúlio Vargas ocorrem os primeiros estímulos em prol da ocupação da região; mas o maior fluxo migratório expressivo ocorre durante o período militar, com a concessão de estímulos para os interessados em produzir na região.

² Ver. Por exemplo, Justo e Silveira Neto (2008) e Justo e Ferreira (2012).

estímulos e benefícios concedidos na esfera estadual³. Diante deste contexto, os principais estados da região irão emergir com políticas próprias que fortaleceram suas economias junto ao cenário nacional, sendo as principais indutoras do processo de expansão das atividades produtivas. Dentro deste escopo estão inseridas as ações estaduais do governo de Pernambuco, especialmente após da década de 1980.

Grande receptora de incentivos federais desde meados dos anos de 1960, a economia do Estado de Pernambuco inicia um ciclo de contração significativo a partir de década de 1980, que iria perdurar até meados da década de 1990. O estado pernambucano, que, em 1970, respondia por 25% do PIB da região Nordeste; passa a responder por apenas 17% da produção regional, em 1995. Em resumo, a economia pernambucana cresceu menos que a média nacional e nordestina entre 1985-1995 (VASCONCELOS, VERGOLINO, 1999).

Tal dinâmica deve-se a redução dos incentivos concedidos pelas esferas federais e, conseqüentemente, pela ausência de políticas estaduais próprias de fomento. Paralelamente, tal redução também é vista como resultado do processo de descentralização regional, pois estados como Ceará e Bahia conseguiram atrair maiores volumes de recursos neste período. Diante desta nova conjuntura econômica, o estado pernambucano inicia sua política de incentivos, em meados da década de 1990.

Após lançar diversos programas de benefícios de menor expressão, em 1995, o estado institui o Programa de Desenvolvimento de Pernambuco (PRODEPE). Este programa tinha como finalidade promover o desenvolvimento industrial do estado, de forma mais específica naqueles setores produtivos definidos como relevantes e prioritários para a economia local. O mesmo se constituía de uma política de financiamentos via ICMS, que patrocinava uma isenção fiscal referente à parcela destinada ao estado que variava entre 80 a 100 por cento. Todavia, o valor do incentivo dependia de quatro fatores básicos: a natureza estrutural do projeto, o enquadramento nos setores considerados prioritários, a localização geográfica do empreendimento e a adequação do projeto à política industrial (AMORIM, 2003).

No ano de 1999, o PRODEPE passa por reformulações, mais especificamente na forma de concessão do crédito fiscal, que agora poderia ser feito de forma presumida. Sob o novo modelo de incentivos, as atividades patrocinadas foram divididas em dois grupos: prioritário e relevante. O destaque maior ficaria no grupo relevante, onde seria alvo de contemplação os setores de agroindústria, metal mecânico, transporte, eletrônica, minerais não metálicos, têxtil e plásticos. Além disto, incluiu o financiamento ao setor de comércio importador atacadista de mercadorias (AMORIM, 2003).

Entretanto, a política industrial do Estado de Pernambuco ganhou evidência própria ao patrocinar a expansão das atividades econômicas ligadas diretamente às aglomerações produtivas. A identificação dos aglomerados produtivos feita pelo CONDEPE⁴ possibilitou ao estado mapear as áreas com potencial econômico para a expansão das atividades locais ali inseridas como política de desenvolvimento regional. Tais regiões passaram a ser contempladas com investimentos a partir do Plano Plurianual de Investimentos de 2000 – 2003. Nele há a clara intenção de promover o adensamento das cadeias e arranjos produtivos locais. Deve-se enfatizar o fato de que parcela destes aglomerados localiza-se em áreas do interior do estado, o que tem proporcionado a formação de emprego e renda nestas áreas distantes da Região Metropolitana do Recife (CAMPOS, 2004).

³ Aqui se enfatiza a posição central que as políticas estaduais assumem na condução dos investimentos regionais, haja vista que elas tinham um papel secundário em períodos anteriores, pois eram suplantadas pelas iniciativas federais.

⁴ CONDEPE (Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco): É uma autarquia da Administração Indireta do Poder Executivo Estadual, que está vinculada institucionalmente à Secretaria de Planejamento e Gestão do estado de Pernambuco.

A análise das políticas patrocinadas pelo governo estadual exemplifica, de forma geral, a nova conjuntura de incentivos e benefícios advindos do governo local como forma de promover a dinamização e ampliação de sua capacidade produtiva e econômica, superando assim, os entraves estruturais que permitiam a saída constante de nordestinos em direção às regiões economicamente mais dinâmicas. As décadas de 1980 e 1990 apresentam-se como marco histórico para as estratégias governamentais locais, representando o início de um ciclo de investimentos no setor industrial nestes Estados. Ademais, as ações contemporâneas buscam consolidar e fortalecer a estrutura industrial existente, através da ampliação e elevação da base industrial. Desta forma, a instalação da refinaria de Abreu e Lima, a ampliação e modernização do complexo portuário de Suape, a criação do polo automotivo em Goiana, ambas em Pernambuco, dentre outras ações, procuram retomar o ciclo de investimentos no Estado, ampliando sua base técnica para a viabilização de novos empreendimentos que ampliem a capacidade de produção local.

O resultado destas políticas tem se dado em ganhos de participação na riqueza gerada nos últimos anos, advindas da elevação substancial do seu Produto Interno Bruto. Estes benefícios são frutos dos resultados obtidos pela indústria, que se aprimorou por intermédio da integração entre a agropecuária moderna e o avanço da agroindústria.

O crescimento do produto interno bruto estadual e, conseqüentemente, o maior dinamismo tem sido frutos da política de estímulos desenvolvida pelo governo local, intensificando sua ação através da implantação de diversas estratégias focadas nos setores ligados à atividades urbanas, como indústria e serviços.

Os resultados destas ações são verificados de forma efetiva ao se analisar a dinâmica da economia goiana nos últimas décadas, onde se constata que a mesma cresceu em patamares bem expressivos, chegando a superar a média regional e nacional em determinados momentos, conforme pode ser observado no gráfico 1 a seguir.

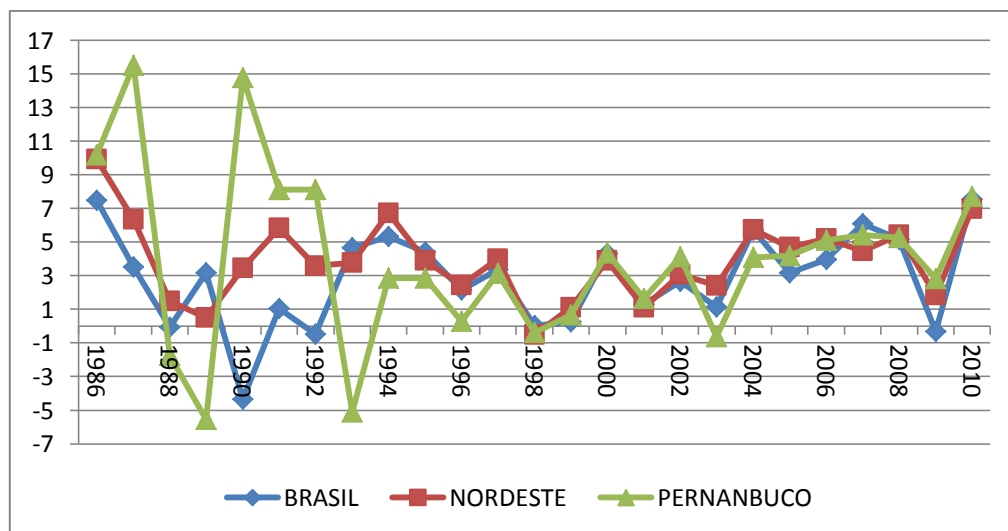


Gráfico 1 - Evolução comparativa das taxas de crescimento do Produto Interno Bruto (1986 - 2010)
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do IPEA

A análise do gráfico anterior permite atestar o dinamismo apresentado pela economia pernambucana nas décadas recentes. Apesar de inconstância vivida pela economia nacional entre as décadas de 1980 e 1990, a economia pernambucana obteve desempenho satisfatório, chegando a crescer mais que a economia nacional neste período. Entre 1986 a 1995, o crescimento médio da PIB nacional foi de 2,69%, enquanto o PIB pernambucano cresceu a uma média de 9,83%. Contudo, a partir de meados da década de 1990, a economia pernambucana sofre com a concorrência de outros estados, e diminui o seu dinamismo,

convergindo em termos de dinâmica com o restante do Nordeste e da média nacional. Na década de 2000, o PIB pernambucano cresce a média de 3,63% ao ano, próximo dos 3,31% apresentados pela média nacional, mas abaixo dos 3,78% obtidos pelo PIB da Região Nordeste. No caso de Pernambuco, esta possível retração pode estar fortemente ligada a um possível redirecionamento das atividades produtivas, marcadas fortemente pela contração do setor industrial em benefício ao setor terciário, conforme evidencia os gráficos 2 e 3 a seguir.

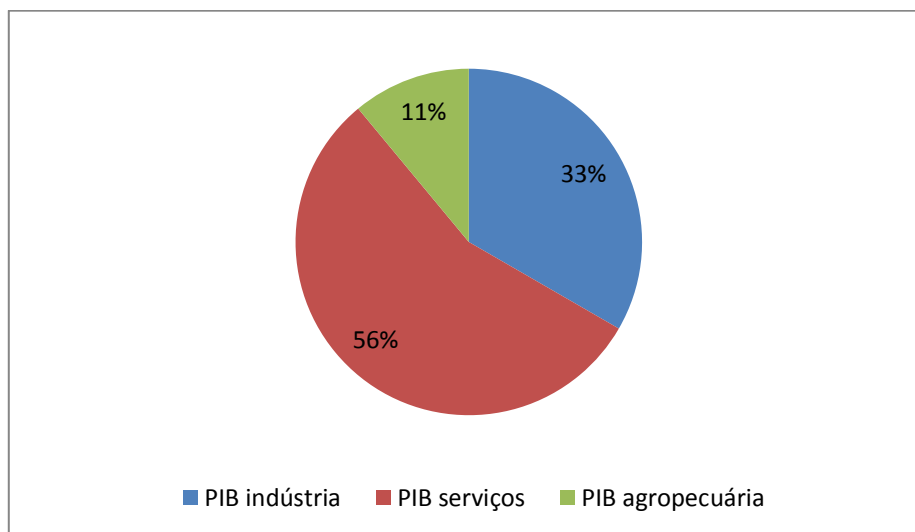


Gráfico 2 – Participação setorial na composição do PIB do Estado de Pernambuco em 1980⁵
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do IPEA

Os dados do gráfico 2 mostram que no início da década de 1980, o setor de serviços era o mais representativo na composição do PIB do estado, perfazendo um total de 56% do total do valor do PIB. Entretanto, a indústria neste período possuía 33% de participação, enquanto a agropecuária, setor tradicional da economia pernambucana, representava apenas 11% do PIB local. Contudo, a perda de dinamismo do setor industrial pernambucano, apontada por Justo e Ferreira (2012), se reverte na contração deste segmento, conforme pode ser visualizado no gráfico 3 a seguir.

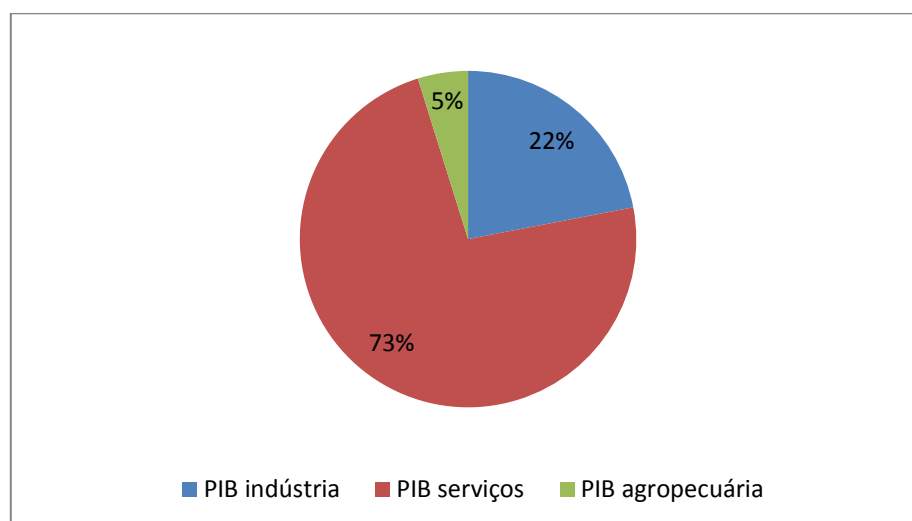


Gráfico 3 – Participação setorial na composição do PIB do Estado de Pernambuco em 2009⁶
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do IPEA

⁵ Valores relativos ao PIB a preços básicos de 1980.

⁶ Valores relativos ao PIB a preços básicos de 2009.

Conforme o gráfico 3, evidencia-se uma expressiva contração da participação da agropecuária na composição do PIB pernambucano, haja vista que em 2009 este setor explicou apenas 5% do PIB estadual. Por sua vez, a indústria também apresenta forte redução, chegando a 22% do PIB estadual neste ano. Estes fatores combinam-se para justificar a ampliação da participação do setor de serviços na formação do PIB local para 73%.

Esta intensificação do setor de serviços na composição do PIB local acabou por se reverter em alteração na dinâmica de crescimento do emprego, conforme se pode averiguar na tabela 1 a seguir.

Tabela 1 – Taxa de crescimento do emprego setorial no Estado de Pernambuco

	1985- 1995	1995- 2005	2005- 2013	1985- 2013
Extrativa mineral	28,84	7,99	66,59	131,78
Indústria de transformação	-16,15	7,63	49,53	34,94
Serviços industriais de utilidade pública	13,66	-5,24	33,97	44,29
Construção Civil	-7,58	20,88	242,1	282,19
Comércio	20,48	78,75	77,25	281,73
Serviços	34,39	26,69	84,77	214,61
Administração Pública	4,8	60,27	24,81	109,62
Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca	238,95	0,21	-20,48	170,09
Total	15,95	32,79	60,51	147,13

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da RAIS/MTE

A análise da tabela 1 mostra que ao longo do período 1985-1995 o setor industrial esteve em forte declínio, com uma redução de 16% neste intervalo. Por sua vez, os setores de extração mineral, comércio e serviços apresentam crescimento relevante, acima da média do estado. Contudo, o destaque é o setor da agropecuária, com um crescimento de 238,95% entre os anos considerados. Tomando este período como referência, observa-se uma reversão nas tendências de crescimento do emprego dentre os setores da economia pernambucana. Nos períodos futuros analisado, 1995-2005 e 2005-2013, a agropecuária apresenta contração no seu volume de emprego. Já a indústria apresenta crescimento positivo do emprego, mas a níveis inferiores ao da média da economia estadual. Já os setores de serviços e comércio apresentam índices expressivos de expansão, especialmente este último setor. Assim, considerando o intervalo de 1985 a 2013 constata-se que o grau de crescimento do emprego nas atividades de comércio e serviços foi praticamente o dobro da média apresentada pela economia do estado com um todo. A agropecuária manteve próxima dos patamares de crescimento médios do emprego local. Contudo, a indústria declinou consideravelmente no período total considerado, crescendo num patamar bem abaixo da média estadual.

A constatação destes números mostram que a economia pernambucana segue a tendência nacional e intensificar a geração de empregos em atividades urbanas, especialmente comércio e serviços, delegando a outras regiões o peso maior pra a atividade industrial e agropecuária. Entretanto, o crescimento destas atividades reflete a capacidade do estado em gerar empregos e proporcionar oportunidades de emprego a mão-de-obra local e aquela oriunda de seu território. Tais fatos vêm por influenciar os resultados sobre a dinâmica populacional do estado no período recente, conforme será debatido nas seções seguintes.

3. Metodologia

3.1. Material, métodos e conceitos

Para o alcance dos objetivos propostos, as evidências empíricas foram coletadas a partir dos microdados dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010. Trabalha-se com o conceito de migrante de *data fixa*. O mesmo é mensurado a partir do quesito *residência anterior, há exatamente cinco anos antes do levantamento censitário* (1986/1991, 1995/2000, 2005/2010). Ademais, com tal quesito, tem-se a possibilidade do cálculo do saldo migratório, que representa a diferença entre imigrantes e emigrantes, resultante do processo migratório entre duas datas fixas. Mede-se, portanto, a participação das migrações no crescimento populacional do período (CARVALHO; RIGOTTI, 1998).

Buscando especificar e aprimorar o conhecimento sobre a dinâmica migratória brasileira e goiana, outro recurso metodológico adotado foi a mensuração do Índice de Reposição Populacional (IRP) e do Índice de Eficácia Migratória (IEM). Esse último permite aferir a capacidade de evasão, atração ou rotatividade migratória da área, a partir do movimento total de entrada e saída de pessoas, minimizando os efeitos do volume da imigração e da emigração (BAENINGER, 1999; IBGE, 2011a).

De acordo com Baeninger (1999), o IEM possibilita classificar as regiões e estados em ganhadores e em perdedores de população. A autora dividiu o índice em sete grupos:

- i) -1,00 a -0,51: área de forte evasão migratória;
- ii) -0,50 a -0,30: área de média evasão migratória;
- iii) -0,29 a -0,01: área de baixa evasão migratória;
- iv) 0,00 a 0,09: área de rotatividade migratória;
- v) 0,10 a 0,29: área de baixa absorção migratória;
- vi) 0,30 a 0,50: área de média absorção migratória;
- vii) 0,51 a 1,00: área de forte absorção migratória.

Contudo, em um cenário migratório distinto do observado no período 1950-1980, marcado pela incidência da migração rural-urbana e pelos fluxos de longa distância, a década de 1980 representou um ponto de inflexão na dinâmica migratória interna. As principais mudanças apontaram para a diversificação das rotas migratórias, intensificação dos movimentos migratórios de curta distância – dentro das regiões e dos próprios estados – fluxos urbano-urbano, deslocamentos pendulares e sazonais, retorno e refluxos (PACHECO, PATARRA, 1997; MATOS, 2002). A partir dessas tendências, Baeninger (2012, p.12) reclassificou alguns conceitos usados em décadas passadas, por considerá-los datados, devendo ser substituídos, como é o caso:

- a) áreas de evasão por áreas de perdas migratórias;
- b) áreas de atração ou absorção por áreas de retenção migratória;
- c) áreas de origem e destino por áreas/etapas constituintes dos processos de rotatividade migratória.

Assim, a referida autora propõe uma nova classificação para o cálculo do IEM que ficou dividido em três áreas:

- i) -1,00 a -0,13: área de perda migratória;
- ii) -0,12 a 0,12: área de rotatividade migratória;
- iii) 0,13 a 1,00: área de retenção migratória.

O IEM varia entre -1 a +1. Valores próximos a -1 representa áreas com perda migratória elevada; valores próximos a 1 diz respeito a áreas que retém a população; valores

próximos a 0 (zero), áreas de rotatividade migratória (entradas e saídas de pessoas com volumes semelhantes). Tal indicador é calculado através do quociente entre a migração líquida (I-E) e a migração bruta (I+E), sendo obtido assim:

$$IEM = \frac{(I - E)}{(I + E)}$$

Conforme mencionado acima, o Índice de Reposição Populacional (IRP) é outro indicador adotado. A partir do mesmo mensura-se a capacidade da área/localidade repor a população, a partir da relação entre entradas (Imigração – I) e saídas (Emigração – E) ou de perdas e ganhos populacionais. Este índice é calculado através da razão entre o número de imigrantes pelo número de emigrantes, dado pela seguinte fórmula:

$$IRP = \frac{(I)}{(E)}$$

Um outro indicador utilizado foi a Taxa Líquida de Migração (TLM), calculada a partir da razão entre o saldo migratório (SM) e a população observada no final do período (P_n). Segundo Carvalho; Rigotti (1998, p.9): a TLM “será a proporção da população observada no segundo censo resultante do processo migratório, quando a taxa for positiva, e a proporção em que a população seria acrescida na ausência de migração, se negativa”.

$$TLM = \frac{SM}{P_n} * 100$$

A análise migração interestadual de retorno será mensurada em uma única etapa, direto para a Unidade da Federação de nascimento (Pernambuco). Nessa situação não importa se o retorno interestadual foi para o município de nascimento ou município de não nascimento, mas dentro da UF/Pernambuco. Assim, define-se migrante interestadual de retorno (data fixa) – o indivíduo natural do Pernambuco, com cinco anos ou mais de idade, que na data de referência do Censo Demográfico residia no estado, mas em uma data fixa (exatamente cinco anos antes do recenseamento) morava em outra Unidade da Federação.

4. Análise dos resultados obtidos: o Estado de Pernambuco no contexto da migração interestadual brasileira

A partir dos indicadores apresentados na metodologia foram obtidos os resultados acerca da dinâmica migratória do Estado de Pernambuco. Os resultados obtidos foram convertidos em tabelas, que, devido seu tamanho, foram dispostas em anexo. Na primeira seção, serão dispostos os resultados acerca da dinâmica nacional, onde será feito um comparativo interestadual. Na segunda, será apresentada a análise sobre a dinâmica do Estado de Pernambuco e suas especificidades.

4.1. Pernambuco no contexto do movimento migratório interestadual

Os primeiros resultados analisados são acerca dos saldos migratórios interestaduais, que representa a diferença o volume total de imigrantes e emigrantes, obtidos a partir do quesito data fixa - que pergunta ao entrevistado sua residência há exatamente cinco anos antes do levantamento do Censo Demográfico.

Os principais resultados mostram que, ao longo das três décadas em estudo, algumas áreas apresentaram reversão de suas tendências migratórias. As regiões Norte e Centro Oeste (com exceção de Goiás) e o estado de São Paulo reduzem progressivamente o seu saldo migratório positivo, enquanto, paralelamente, os estados das regiões Nordeste e Sul diminuem os contingentes de emigrantes, declinando os seus saldos migratórios negativos. O comportamento da região Sudeste é fortemente dependente dos números apresentados pelo estado de São Paulo, o que o torna representativo para esta região.

Conforme observado na Tabela 2, ao final da década de 1980, registrava-se a região Nordeste, os estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e o Paraná com saldo migratório negativo elevado, em função do elevado número de emigrações. Em nível nacional, tais áreas perderam parcela da sua população para os regiões que apresentavam economias mais prósperas naquele período, a saber as regiões Norte e Centro Oeste, que cresciam em torno da expansão da fronteira agrícola, e o Estado de São Paulo, berço da industrialização nacional (MARTINE, 1994; BAENINGER, 1998). Tal comportamento acabou por fazer destas regiões os principais polos de atração de migrantes em âmbito nacional, dado as oportunidades de emprego.

Durante a década de 1990, o princípio do esgotamento do modelo agrícola converte o estado do Pará em área com saldo migratório negativo, enquanto Minas Gerais, estado tradicional de perda migratória, e Rio de Janeiro reverterem o seu comportamento, a partir do aumento nas entradas e diminuição nas saídas. Contudo, ao longo da década de 2000, precisamente entre os quinquênios 2005/2010, Minas Gerais volta a apresentar quadros de emigração superiores aos de imigração, implicando em saldo migratório negativo.

Dentro deste contexto, o Estado de Pernambuco apresentou uma dinâmica bastante distinta. Caracterizado por históricas perdas populacionais, o Estado de Pernambuco ainda apresenta perdas líquidas de população, contudo isto vem ocorrendo dentro de uma tendência de redução destes contingentes ao longo das décadas. No período 1986-1991, foi verificada uma perda líquida de -145.563 emigrantes. Contudo, estes valores reduziram-se para -115.423 no período 1995-2000, e para -75.086 pessoas no intervalo de 2005-2010; representando uma redução na ordem de 20,7% entre os dois primeiros períodos, e de 48,41%, considerando o primeiro e o terceiro intervalo de tempo. Considerando as maiores economias nordestinas, a redução de Pernambuco fora o resultado mais expressivo, haja vista que entre os intervalos 1986-1991 e 2005-2010, o Estado do Ceará obteve uma redução na ordem de 44,25%, e o Estado da Bahia reduziu suas perdas líquidas em apenas 16,06%. Desta forma, os resultados iniciais apresentam uma redução no volume de emigrantes que saem de Pernambuco para outras regiões.

Os saldos migratórios são representativos na caracterização da dinâmica das regiões e estados, mas sozinhos não são capazes de definir o potencial de perda, rotatividade e retenção migratória. Isto porque, é necessário avaliar a relação entre o contingente de imigrantes e emigrantes, e entre eles o tamanho da população local, como forma de mensurar a intensidade da dinâmica migratória. Neste sentido, é aplicado o cálculo do Índice de Eficácia Migratória e do Índice de Reposição Populacional, cujos resultados referentes aos intervalos 1986/1991, 1995/2000 e 2005/2010 podem ser visualizados na Tabela 3 em anexo.

Os valores obtidos pelo IEM ratificam a transição vivenciada pelo Estado de Pernambuco na sua condição no âmbito demográfico contemporâneo. Os valores obtidos para este indicador ao longo dos quinquênios analisados foram de -0,30, -0,26 e -0,20, respectivamente. Tais números indicam que Pernambuco esta deixando, embora que de forma lenta, de ser uma área de perda migratória, para se converter num área de rotatividade migratória – caracterizada pela intensa entrada e saída de migrantes no estado. Novamente, considerando as grandes economias da Região Nordeste, estes valores foram os mais expressivos para este indicador.

Já o Índice de Reposição Populacional, dado pela razão entre o número de imigrantes pelo número de emigrantes, indica a potencialidade migratória da área/estado em repor população. Assim, Pernambuco obteve os valores de 0,54, 0,59 e 0,66. Estes valores indicam que entre 1985-1991, para aproximadamente 5 imigrantes que entram no estado, 10 emigrantes saíam. Ao longo do tempo, esta relação foi diminuindo, e no último quinquênio para aproximadamente 7 imigrantes que entram no estado, 10 emigrantes o deixaram, isto evidencia que Pernambuco aumentou sua capacidade de atração de indivíduos ao longo do tempo, como possível resultado de ampliação da seu dinamismo econômico. Assim, conforme observado com o IEM, o IRP confirma os melhores números/resultados para o Estado de Pernambuco.

Diante dessa nova tendência migratória, a seção a seguir fará uma análise específica acerca da dinâmica migratória interestadual do Estado de Pernambuco, enfatizando a origem e o destino dos fluxos migratórios apresentados por este estado, procurando saber, principalmente, de onde procedem os migrantes que se dirigem para essa Unidade da Federação.

4.2 Os fluxos migratórios interestaduais com origem e destino ao estado de Goiás

Uma vez verificado a capacidade de retenção e atração de migrantes, reposição populacional e importância do saldo migratório no crescimento da população residente no Estado de Pernambuco, faz-se necessário identificar o destino e origem dos migrantes que adentraram e saíram dessa Unidade da Federação ao longo do período analisado. Esta análise é fundamental para a compreensão do papel que o Estado de Pernambuco exerce sobre a dinâmica migratória nacional, bem como compreender os vínculos que tal estado mantém com os demais entes da federação no que diz respeito aos saldos migratórios. Além disto, será possível estabelecer a origem dos imigrantes, bem com o destino dos emigrantes, e seus graus de participação na composição dos fluxos migratórios do Estado de Pernambuco. Os dados obtidos para estas tabulações estão dispostos nas tabelas 4, 5 e 6 em anexo.

Considerando os três quinquênios analisados, o Estado de Pernambuco apresentou um padrão de trocas líquidas com áreas específicas. Em relação às origens dos imigrantes, em termos estaduais, a maioria é proveniente do Estado da Paraíba, ao passo que a nível regional, o maior contingente advém da Região Sudeste. Considerando os emigrantes, o maior percentual destes ainda se dirige, em termos estaduais, para São Paulo, e, conseqüentemente, em termos regionais, para o Sudeste. Nos períodos analisados, o que distingue são os valores percentuais obtidos, mas as regiões/estados predominantes permanecem os mesmos ao longo da análise.

No tocante ao Índice de Eficácia Migratória (IEM⁷), esse indicador mostra que ainda é grande a capacidade de perda populacional de Pernambuco, haja vista que este valor foi negativo para praticamente todos os estados e regiões geográficas, indicando que Pernambuco perde população para todas as regiões do país. Em todos os períodos, as maiores perdas foram registradas para as regiões Centro-Oeste e Sudeste, sendo que no último intervalo, as perdas para a região Sul são maiores que as para o Sudeste.

Já o Índice de Reposição Populacional (IRP), que mostra a capacidade do Estado de Pernambuco em repor a sua população em função do seu total de imigrantes sobre o total de emigrantes (I/E). Este indicador mostrou que os melhores índices de reposição são obtidos junto à Região Nordeste, com uma relação mínima de 8 entradas para cada 10 pessoas que partiram; seguido pela Região Sul, com uma razão média de 7 entradas para cada 10 saídas. A exceção desta tendência com a Região Sul, ocorre em 2005-2010, onde cai a razão com a

⁷ Maiores detalhes sobre esse índice veja a seção metodológica.

região Sul, para 5 para 10, ao passo que eleva-se a relação com a região Norte – com exatamente os mesmos 7 entradas para cada 10 saídas registradas pela Região Sul em períodos anteriores.

As fortes relações que o Estado de Pernambuco apresentou com a Região Sudeste, mas especificamente com o Estado de São Paulo, sugerem haver a formação de um fluxo de retorno de emigrantes que outrora deixaram o estado, e que agora tendem a voltar ao estado de origem. Na tentativa de verificar esta hipótese, foi feito um levantamento acerca da dinâmica migratória, considerando apenas os indivíduos declaradamente retornados. Os resultados revelam que a maior percentual de retornados advém da região Sudeste, e do Estado de São Paulo. Considerando os três quinquênios analisados, verificou-se que da Região Sudeste foram provenientes 23,33% dos retornados no primeiro intervalo, 26,49% no segundo período e 19,85% no terceiro período. Por sua vez, a Região Nordeste apresentou-se como o segundo maior polo de retornados, respondendo por 16,19%, 14,57% e 12,78% dos retornados, respectivamente. À nível estadual, o maior ponto de origem dos retornados é o Estado de São Paulo, que fora responsável por 19,39%, 21,97% e 16,60% dos retornados, nos respectivos períodos analisados. Sendo assim, se ratifica a tendência de um fluxo de retornados provenientes da Região Sudeste, especialmente aqueles vindos do Estado de São Paulo.

5. Considerações finais

O principal objetivo desse estudo foi analisar a dinâmica migratória do Estado de Pernambuco considerando seus fluxos migratórios interestaduais “do” e “para” entre 1986 e 2010, e mostrar as características migratórias deste estado.

Tendo como pano de fundo a dinâmica econômica pernambucana, no tempo e espaço, esse estudo apontou que, desde os anos 1980, o Estado de Pernambuco consolida-se como uma economia urbana centrada nas atividades de serviços e comércio, o que remete ao alto índice de urbanização da população. Esta propriedade vem permitindo a manutenção dos contingentes da polpação pernambucana no estado, bem como atrair imigrantes provenientes de outras regiões.

Em termos migratórios destacou-se o estado ainda possui grandes perdas líquidas de população. Contudo, ao longo das décadas, tais perdas estão sendo amenizadas pela contingente cada vez maior de imigrantes que adentram o estado. Em termos percentuais, os maiores valores referentes à imigrações e emigrações são relacionados ao Estado de São Paulo, e a Região Nordeste. Tais relações acabaram por promover um fluxo de imigrantes de retorno relativamente importante entre os dois estados.

O Índice de Eficácia Migratória mostra que, na atualidade, de fato, o Estado de Pernambuco ainda perde população para praticamente todos os estados do país, ao passo que o índice de reposição migratória evidencia que ganhos são provenientes do Estado de São Paulo. Dado o intenso volume de emigrantes, que saem, e imigrantes, que entram, o estado se configurou em área de rotatividade migratória.

Em resumo, esses resultados aludem para a validade e importância do binômio crescimento econômico-migração, industrialização-migração e emprego-migração. Isto porque, a partir do momento que o Estado de Pernambuco expande suas atividades urbanas, convergindo com a dinâmica da economia nacional, essa área passou a apresentar uma nova dinâmica, que, se não reverte, ameniza uma tendência histórica de êxodo e saídas deste estado rumo a outros destinos.

6. Referências bibliográficas

- AMORIM, Eduardo Carlos Pessoa de. **PROPEDE – incentivo fiscal do estado de Pernambuco: avaliação dos controles para acompanhamento das atividades incentivadas**. 2003. 149 p. Dissertação (Mestrado profissionalizante em economia) Departamento de economia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.
- BAENINGER, R. **Região, Metrópole e Interior: Espaços Ganhadores e Espaços Perdedores nas Migrações Recentes**. Brasil, 1980-1996. Tese de Doutorado. IFCH/UNICAMP, 1999.
- _____. A nova configuração urbana no Brasil: desaceleração metropolitana e redistribuição da população. In: **XII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais**. Caxambu: ABEP, 1998.
- BAENINGER, R. Migrações internas no Brasil no século 21: entre o local e o global. In: **XVIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, 2012, Águas de Lindóia – SP. Anais do XVIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais - ABEP.
- BRITO, F. O deslocamento das populações brasileiras para as metrópoles. **Estudos Avançados**, v. 57, p. 221-236, 2006.
- BRITO, F.; SOUZA, J. Expansão urbana nas grandes metrópoles: o significado das migrações intrametropolitanas e da mobilidade pendular na reprodução da pobreza. **Revista Perspectiva**, Fundação Seade, jan. 2006.
- CAMPOS, Luís Henrique Romani de. **O Processo de Aglomeração Produtiva em Pernambuco**. 2004. 165 p. Tese de Doutorado em Economia. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004.
- CARVALHO, J. A. M. de; RIGOTTI, J. I. R. Os dados censitários brasileiros sobre migrações internas: algumas sugestões para análise. **Revista Brasileira de Estudos de População**, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 7-16, 1998.
- FURTADO, C. M. . **O Brasil pós -“Milagre”**. Paz e Terra. Rio de Janeiro. 1981.
- FUSCO, Wilson. Regiões metropolitanas do Nordeste: origens, destinos e retornos de migrantes. **REMHU** (Brasília), v. XX, p. 101-116, jul./dez. 2012.
- GOMES, G. M.; VERGOLINO J. R. O. **A macroeconomia do desenvolvimento nordestino: 1960/1994**. (Texto para discussão Nº 372); IPEA, 1995.
- IPEADATA. Contas Nacionais a nível regional. Acesso em 12/05/2014. Disponível em: www.ipeadata.gov.br.
- JUSTO, W. R.; SILVEIRA NETO, R. M.. Quem são e para onde vão os Migrantes no Brasil? O Perfil do Migrante Interno Brasileiro. In: XXXVI Encontro Nacional de Economia, 2008, Salvador. Anais do **XXXVI Encontro Nacional de Economia**, 2008.
- JUSTO, W.R.; FERREIRA, R.A. Migração interestadual no Brasil: perfil do retornado – evidências para o período de 1998-2008. In: XVIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 2012, Lindóia. Anais do **XVIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, 2012.
- MARTINE, G. **A redistribuição espacial da população brasileira durante a década de 80**. Rio de Janeiro: IPEA/DIPES, texto para discussão n. 329, jan, 1994.
- MATOS, R. E. S. A contribuição dos imigrantes em áreas de desconcentração demográfica do Brasil contemporâneo. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Campinas, v.19, n.1, p.49-72, 2002.
- PACHECO, C. A.; PATARRA, N. L. Movimentos migratórios anos 80: novos padrões? In: **Migrações, condições de vida e dinâmica urbana**: São Paulo 1980-1993. Campinas: UNICAMP/IE, 1997, p.25-52.
- VASCONCELOS, José Romeu de, VERGOLINO, José Raimundo. **Pernambuco: Economia, Finanças Públicas e Investimentos nos Anos de 1985 a 1996** – Brasília: IPEA: **Texto para Discussão nº 628**, fev,1999.

ANEXOS

Tabela 2 - Volume da Imigração (I), Emigração (E) e Saldo Migratório segundo Unidades da Federação e Grandes Regiões - Brasil – 1986/1991, 1995/2000 e 2005/2010 (data fixa)

UFs e Grandes Regiões	1986/1991			1995/2000			2005/2010		
	I	E	Saldo	I	E	Saldo	I	E	Saldo
Rondônia	127.059	94.458	32.601	83.328	72.735	10.593	65.864	53.643	12.221
Acre	12.981	14.347	-1.366	13.633	16.066	-2.433	13.882	14.746	-865
Amazonas	59.364	44.291	15.073	89.624	58.653	30.971	71.451	51.301	20.150
Roraima	35.345	6.691	28.654	47.754	14.382	33.372	25.556	11.204	14.352
Pará	212.439	183.198	29.241	182.047	234.240	-52.193	162.004	201.834	-39.830
Amapá	23.641	7.149	16.492	44.581	15.114	29.467	37.028	15.228	21.800
Tocantins	82.326	71.807	10.519	95.430	82.514	12.916	85.705	77.052	8.654
NORTE	553.155	421.941	131.214	556.397	493.704	62.693	461.490	425.009	36.482
Maranhão	103.445	237.922	-134.477	100.818	274.473	-173.655	105.684	270.664	-164.980
Piauí	72.952	139.440	-66.488	88.737	140.814	-52.077	73.614	144.037	-70.423
Ceará	121.651	245.165	-123.514	162.917	186.708	-23.791	112.372	181.221	-68.849
Rio G. do Norte	75.573	76.448	-875	77.915	71.290	6.625	67.728	54.017	13.711
Paraíba	88.902	174.060	-85.158	102.008	163.489	-61.481	96.028	125.521	-29.493
Pernambuco	171.671	317.234	-145.563	164.865	280.288	-115.423	148.498	223.584	-75.086
Alagoas	60.885	112.634	-51.749	55.966	127.948	-71.982	53.589	130.306	-76.717
Sergipe	55.980	42.374	13.606	52.117	56.924	-4.807	53.039	45.144	7.895
Bahia	186.614	469.141	-282.527	250.567	518.030	-267.463	229.224	466.360	-237.135
NORDESTE	937.673	1.814.418	-876.745	1.055.910	1.819.964	-764.054	939.777	1.640.854	-701.077
Minas Gerais	371.886	479.214	-107.328	447.782	408.655	39.127	376.521	390.626	-14.105
Espírito Santo	135.422	91.299	44.123	129.169	95.169	34.000	130.820	70.120	60.700
Rio de Janeiro	253.390	294.969	-41.579	319.753	274.210	45.543	270.413	247.309	23.105
São Paulo	1.392.794	647.937	744.857	1.223.799	883.885	339.914	991.315	735.518	255.796
SUDESTE	2.153.492	1.513.419	640.073	2.120.503	1.661.919	458.583	1.769.068	1.443.572	325.496
Paraná	269.076	474.975	-205.899	297.312	336.990	-39.678	272.183	293.693	-21.510
Santa Catarina	170.304	125.077	45.227	199.651	139.665	59.986	301.341	128.888	172.452
Rio G. do Sul	114.293	138.762	-24.469	113.393	152.893	-39.500	102.613	177.263	-74.650
SUL	553.673	738.814	-185.141	610.356	629.548	-19.192	676.137	599.845	76.292
Mato G. do Sul	124.046	105.029	19.017	97.708	108.739	-11.031	98.973	80.908	18.065
Mato Grosso	226.904	118.366	108.538	166.301	123.727	42.574	143.954	121.589	22.365
Goiás	268.064	156.652	111.412	372.701	169.900	202.801	363.933	156.107	207.826
Distrito Federal	195.233	143.601	51.632	216.200	188.574	27.626	190.422	175.870	14.552
C.OESTE	814.247	523.648	290.599	852.910	590.941	261.969	797.282	534.474	262.808
TOTAL	5.012.240	5.012.240	-	5.196.076	5.196.076	-	4.643.754	4.643.754	-

Fonte: IBGE – Microdados dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010.

Tabela 3 - Índice de Eficácia Migratória (IEM) e Índice de Reposição Populacional (IRP), segundo Unidades da Federação e Grandes Regiões – Brasil – 1986/1991, 1995/2000 e 2005/2010 (data fixa)

UFs e Grandes Regiões	IEM			IRP		
	1986/1991	1995/2000	2005/2010	1986/1991	1995/2000	2005/2010
Rondônia	0,15	0,07	0,10	1,35	1,15	1,23
Acre	-0,05	-0,08	-0,03	0,90	0,85	0,94
Amazonas	0,15	0,21	0,16	1,34	1,53	1,39
Roraima	0,68	0,54	0,39	5,28	3,32	2,28
Pará	0,07	-0,13	-0,11	1,16	0,78	0,80
Amapá	0,54	0,49	0,42	3,31	2,95	2,43
Tocantins	0,07	0,07	0,05	1,15	1,16	1,11
NORTE	0,13	0,06	0,04	1,31	1,13	1,09
Maranhão	-0,39	-0,46	-0,44	0,43	0,37	0,39
Piauí	-0,31	-0,23	-0,32	0,52	0,63	0,51
Ceará	-0,34	-0,07	-0,23	0,50	0,87	0,62
Rio G. do Norte	-0,01	0,04	0,11	0,99	1,09	1,25
Paraíba	-0,32	-0,23	-0,13	0,51	0,62	0,77
Pernambuco	-0,30	-0,26	-0,20	0,54	0,59	0,66
Alagoas	-0,30	-0,39	-0,42	0,54	0,44	0,41
Sergipe	0,14	-0,04	0,08	1,32	0,92	1,17
Bahia	-0,43	-0,35	-0,34	0,40	0,48	0,49
NORDESTE	-0,32	-0,27	-0,27	0,52	0,58	0,57
Minas Gerais	-0,13	0,05	-0,02	0,78	1,10	0,96
Espírito Santo	0,19	0,15	0,30	1,48	1,36	1,87
Rio de Janeiro	-0,08	0,08	0,04	0,86	1,17	1,09
São Paulo	0,36	0,16	0,15	2,15	1,38	1,35
SUDESTE	0,17	0,12	0,10	1,42	1,28	1,23
Paraná	-0,28	-0,06	-0,04	0,57	0,88	0,93
Santa Catarina	0,15	0,18	0,40	1,36	1,43	2,34
Rio G. do Sul	-0,10	-0,15	-0,27	0,82	0,74	0,58
SUL	-0,14	-0,02	0,06	0,75	0,97	1,13
Mato G. do Sul	0,08	-0,05	0,10	1,18	0,90	1,22
Mato Grosso	0,31	0,15	0,08	1,92	1,34	1,18
Goiás	0,26	0,37	0,40	1,71	2,19	2,33
Distrito Federal	0,15	0,07	0,04	1,36	1,15	1,08
C. OESTE	0,22	0,18	0,20	1,55	1,44	1,49
TOTAL	0,00	0,00	0,00	1,00	1,00	1,00

Fonte: IBGE – Microdados dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010.

Tabela 4 – Volume da Imigração (I) e Emigração (E) Interestadual do e para o Pernambuco, segundo Unidades da Federação e Grandes Regiões - 1986/1991 (data fixa)

UFs e Grandes Regiões	Imigrantes (I)	(%)	Emigrantes (E)	(%)	Saldo (I-E)	Índice	
						Eficácia (I-E)/(I+E)	Reposição (I/E)
Rondônia	986	0,57	1.870	0,59	-884	-0,31	0,53
Acre	98	0,06	98	0,03	-	0,00	1,00
Amazonas	966	0,56	997	0,31	-31	-0,02	0,97
Roraima	208	0,12	379	0,12	-171	-0,29	0,55
Pará	2.633	1,53	3.661	1,15	-1.028	-0,16	0,72
Amapá	101	0,06	153	0,05	-52	-0,20	0,66
Tocantins	83	0,05	1.476	0,47	-1.393	-0,89	0,06
NORTE	5.075	2,96	8.634	2,72	-3.559	-0,26	0,59
Maranhão	2.785	1,62	4.326	1,36	-1.541	-0,22	0,64
Piauí	4.442	2,59	3.570	1,13	872	0,11	1,24
Ceará	13.043	7,60	10.889	3,43	2.154	0,09	1,20
Rio G. do Norte	4.977	2,90	6.555	2,07	-1.578	-0,14	0,76
Paraíba	24.340	14,18	21.610	6,81	2.730	0,06	1,13
Alagoas	21.267	12,39	24.862	7,84	-3.595	-0,08	0,86
Sergipe	2.260	1,32	4.466	1,41	-2.206	-0,33	0,51
Bahia	18.551	10,81	25.478	8,03	-6.927	-0,16	0,73
NORDESTE	91.665	53,40	101.756	32,08	-10.091	-0,05	0,90
Minas Gerais	2.658	1,55	4.051	1,28	-1.393	-0,21	0,66
Espírito Santo	564	0,33	976	0,31	-412	-0,27	0,58
Rio de Janeiro	12.045	7,02	19.392	6,11	-7.347	-0,23	0,62
São Paulo	52.321	30,48	164.906	51,98	-112.585	-0,52	0,32
SUDESTE	67.588	39,37	189.325	59,68	-121.737	-0,47	0,36
Paraná	1.072	0,62	2.264	0,71	-1.192	-0,36	0,47
Santa Catarina	133	0,08	372	0,12	-239	-0,47	0,36
Rio G. do Sul	1.230	0,72	861	0,27	369	0,18	1,43
SUL	2.435	1,42	3.497	1,10	-1.062	-0,18	0,70
Mato G. do Sul	646	0,38	2.027	0,64	-1.381	-0,52	0,32
Mato Grosso	440	0,26	1.485	0,47	-1.045	-0,54	0,30
Goiás	1.182	0,69	3.424	1,08	-2.242	-0,49	0,35
Distrito Federal	2.640	1,54	7.086	2,23	-4.446	-0,46	0,37
C. OESTE	4.908	2,86	14.022	4,42	-9.114	-0,48	0,35
TOTAL	171.671	100,00	317.234	100,00	-145.563	-0,30	0,54

Fonte: IBGE – Microdados do Censo Demográfico de 1991.

Tabela 5 – Volume da Imigração (I) e Emigração (E) Interestadual do e para o Pernambuco, segundo Unidades da Federação e Grandes Regiões - 1995/2000 (data fixa)

UFs e Grandes Regiões	Imigrantes (I)	(%)	Emigrantes (E)	(%)	Saldo (I-E)	Índice	
						Eficácia (I-E)/(I+E)	Reposição (I/E)
Rondônia	586	0,36	1.513	0,54	-927	-0,44	0,39
Acre	38	0,02	85	0,03	-47	-0,38	0,45
Amazonas	1.215	0,74	1.528	0,55	-313	-0,11	0,80
Roraima	217	0,13	389	0,14	-172	-0,28	0,56
Pará	2.217	1,34	3.120	1,11	-903	-0,17	0,71
Amapá	267	0,16	255	0,09	12	0,02	1,05
Tocantins	513	0,31	2.070	0,74	-1.557	-0,60	0,25
NORTE	5.053	3,06	8.960	3,20	-3.907	-0,28	0,56
Maranhão	2.068	1,25	2.583	0,92	-515	-0,11	0,80
Piauí	3.356	2,04	3.656	1,30	-300	-0,04	0,92
Ceará	8.734	5,30	11.680	4,17	-2.946	-0,14	0,75
Rio G. do Norte	4.752	2,88	7.086	2,53	-2.334	-0,20	0,67
Paraíba	18.802	11,40	21.044	7,51	-2.242	-0,06	0,89
Alagoas	18.825	11,42	17.414	6,21	1.411	0,04	1,08
Sergipe	2.015	1,22	3.289	1,17	-1.274	-0,24	0,61
Bahia	17.695	10,73	23.138	8,26	-5.443	-0,13	0,76
NORDESTE	76.247	46,25	89.890	32,07	-13.643	-0,08	0,85
Minas Gerais	3.825	2,32	5.216	1,86	-1.391	-0,15	0,73
Espírito Santo	1.195	0,72	1.321	0,47	-126	-0,05	0,90
Rio de Janeiro	10.865	6,59	22.595	8,06	-11.730	-0,35	0,48
São Paulo	58.364	35,40	131.487	46,91	-73.123	-0,39	0,44
SUDESTE	74.249	45,04	160.619	57,31	-86.370	-0,37	0,46
Paraná	1.468	0,89	2.348	0,84	-880	-0,23	0,63
Santa Catarina	571	0,35	1.123	0,40	-552	-0,33	0,51
Rio G. do Sul	1.514	0,92	1.364	0,49	150	0,05	1,11
SUL	3.553	2,16	4.835	1,73	-1.282	-0,15	0,73
Mato G. do Sul	948	0,58	1.862	0,66	-914	-0,33	0,51
Mato Grosso	904	0,55	2.445	0,87	-1.541	-0,46	0,37
Goiás	1.479	0,90	5.900	2,10	-4.421	-0,60	0,25
Distrito Federal	2.432	1,48	5.777	2,06	-3.345	-0,41	0,42
C. OESTE	5.763	3,50	15.984	5,70	-10.221	-0,47	0,36
TOTAL	164.865	100,00	280.288	100,00	-115.423	-0,26	0,59

Fonte: IBGE – Microdados do Censo Demográfico de 2000.

Tabela 6 – Volume da Imigração (I) e Emigração (E) Interestadual do e para o Pernambuco, segundo Unidades da Federação e Grandes Regiões - 2005/2010 (data fixa)

UFs e Grandes Regiões	Imigrantes (I)	(%)	Emigrantes (E)	(%)	Saldo (I-E)	Índice	
						Eficácia (I-E)/(I+E)	Reposição (I/E)
Rondônia	694	0,47	805	0,36	-111	-0,07	0,86
Acre	149	0,10	169	0,08	-20	-0,06	0,88
Amazonas	1.309	0,88	1.881	0,84	-572	-0,18	0,70
Roraima	271	0,18	672	0,30	-401	-0,43	0,40
Pará	2.323	1,56	2.800	1,25	-477	-0,09	0,83
Amapá	191	0,13	182	0,08	9	0,03	1,05
Tocantins	626	0,42	1.225	0,55	-599	-0,32	0,51
NORTE	5.562	3,75	7.732	3,46	-2.170	-0,16	0,72
Maranhão	2.019	1,36	2.674	1,20	-655	-0,14	0,76
Piauí	4.265	2,87	2.972	1,33	1.294	0,18	1,44
Ceará	9.368	6,31	10.124	4,53	-755	-0,04	0,93
Rio G. do Norte	3.343	2,25	7.024	3,14	-3.681	-0,36	0,48
Paraíba	17.483	11,77	22.025	9,85	-4.541	-0,11	0,79
Alagoas	15.542	10,47	15.777	7,06	-235	-0,01	0,99
Sergipe	1.249	0,84	3.111	1,39	-1.862	-0,43	0,40
Bahia	18.165	12,23	17.872	7,99	293	0,01	1,02
NORDESTE	71.436	48,11	81.579	36,49	-10.143	-0,07	0,88
Minas Gerais	3.557	2,40	7.755	3,47	-4.197	-0,37	0,46
Espírito Santo	621	0,42	1.301	0,58	-680	-0,35	0,48
Rio de Janeiro	9.802	6,60	14.717	6,58	-4.915	-0,20	0,67
São Paulo	47.977	32,31	87.462	39,12	-39.486	-0,29	0,55
SUDESTE	61.957	41,72	111.235	49,75	-49.278	-0,28	0,56
Paraná	1.142	0,77	2.945	1,32	-1.804	-0,44	0,39
Santa Catarina	1.053	0,71	3.489	1,56	-2.436	-0,54	0,30
Rio G. do Sul	1.751	1,18	1.232	0,55	518	0,17	1,42
SUL	3.945	2,66	7.666	3,43	-3.721	-0,32	0,51
Mato G. do Sul	490	0,33	2.319	1,04	-1.829	-0,65	0,21
Mato Grosso	838	0,56	3.767	1,68	-2.930	-0,64	0,22
Goiás	1.394	0,94	5.719	2,56	-4.325	-0,61	0,24
Distrito Federal	2.876	1,94	3.567	1,60	-691	-0,11	0,81
C. OESTE	5.598	3,77	15.372	6,88	-9.775	-0,47	0,36
TOTAL	148.498	100,00	223.584	100,00	-75.086	-0,20	0,66

Fonte: IBGE – Microdados do Censo Demográfico de 2010.

Tabela 7 - Migrante de retorno e participação relativa no total de imigrantes segundo Unidades da Federação e Grandes Regiões – Pernambuco – 1986/1991, 1995/2000 e 2005/2010 (data fixa)

UFs e Grandes Regiões	Imigrante de Retorno			Participação relativa no total de imigrantes (%)		
	1986/1991	1995/2000	2005/2010	1986/1991	1995/2000	2005/2010
Rondônia	384	197	130	0,22	0,12	0,09
Acre	49	11	68	0,03	0,01	0,05
Amazonas	328	419	504	0,19	0,25	0,34
Roraima	157	71	73	0,09	0,04	0,05
Pará	1.481	744	675	0,86	0,45	0,45
Amapá	38	90	68	0,02	0,05	0,05
Tocantins	33	358	200	0,02	0,22	0,13
NORTE	2.469	1.888	1.717	1,44	1,15	1,16
Maranhão	950	805	543	0,55	0,49	0,37
Piauí	822	754	739	0,48	0,46	0,50
Ceará	2.257	2.304	2.267	1,31	1,40	1,53
Rio G. do Norte	1.543	1.431	755	0,90	0,87	0,51
Paraíba	5.315	4.937	4.363	3,10	2,99	2,94
Alagoas	7.783	5.878	4.322	4,53	3,57	2,91
Sergipe	1.214	777	425	0,71	0,47	0,29
Bahia	7.911	7.133	5.561	4,61	4,33	3,74
NORDESTE	27.794	24.020	18.975	16,19	14,57	12,78
Minas Gerais	903	1.592	899	0,53	0,97	0,61
Espírito Santo	182	677	196	0,11	0,41	0,13
Rio de Janeiro	5.678	5.177	3.733	3,31	3,14	2,51
São Paulo	33.280	36.222	24.644	19,39	21,97	16,60
SUDESTE	40.043	43.668	29.472	23,33	26,49	19,85
Paraná	443	582	427	0,26	0,35	0,29
Santa Catarina	36	284	271	0,02	0,17	0,18
Rio G. do Sul	248	324	304	0,14	0,20	0,20
SUL	727	1.189	1.002	0,42	0,72	0,67
Mato G. do Sul	499	362	290	0,29	0,22	0,20
Mato Grosso	136	466	369	0,08	0,28	0,25
Goiás	596	745	730	0,35	0,45	0,49
Distrito Federal	1.289	1.217	1.494	0,75	0,74	1,01
C. OESTE	2.519	2.789	2.883	1,47	1,69	1,94
TOTAL	73.553	73.554	54.049	42,85	44,61	36,40

Fonte: IBGE – Microdados dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010.